



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Participa de Audiência sobre Presídios na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Representantes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) participaram, no dia 19 de maio, de audiência realizada na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em San José, na Costa Rica, quando a organização internacional solicitou explicações do Estado brasileiro a respeito de casos de violações dos direitos humanos em unidades prisionais e no sistema socioeducativo brasileiro.

O MP fluminense foi representado pelos Promotores de Justiça Eliane de Lima Pereira, Assessora de Direitos Humanos e de Minorias; e Murilo Bustamante, titular da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema Prisional e Direitos Humanos. Estavam presentes ainda representantes de diversos órgãos públicos federais e estaduais. As unidades mencionadas no caso foram o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, no Rio de Janeiro; os complexos penitenciários do Curado, em Pernambuco, e Pedrinhas, no Maranhão; e a Unidade de Internação Socioeducativa, no Espírito Santo.

Em seu discurso, o Promotor de Justiça Murilo Bustamante pontuou que as unidades prisionais do Estado do Rio passam por severas restrições, efeito da superlotação do sistema carcerário e de seus reflexos na assistência aos internos. De acordo com ele, a taxa global de ocupação atinge 185% da capacidade instalada e as melhoras são imperceptíveis. O próprio Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho já havia sido alvo de pedidos de interdição na Justiça do Rio de Janeiro, que indeferiu os pleitos com base no argumento de que tal medida lotaria outras unidades fluminenses.

O Promotor defendeu que o enfrentamento desse quadro deve ser feito no sistema penitenciário estadual como um todo e não de forma isolada. “Não se pretende esconder a dura realidade do sistema prisional local. É de se exigir, sim, a atuação comprometida de uma pluralidade de atores e o engajamento da comunidade. A reversão do quadro passa por um processo de cooperação, transparência e desenvolvimento de capacidades. Esse procedimento está em curso”, disse.

Foi mencionada, ainda, pelo Promotor, uma série de procedimentos em curso, inclusive a criação do Comitê de Enfrentamento à Superlotação Carcerária, foro de discussão proposto pelo MPRJ, o qual reúne, além do *Parquet* carioca, os Poderes Judiciário e Executivo, além da Defensoria Pública. O comitê adotou diversas medidas, como a expansão das audiências de custódia e a reavaliação da manutenção de prisões provisórias com mais de 180 dias.

No fim da audiência, que decide sobre a manutenção ou não das medidas provisórias expostas em fevereiro, foi anunciada uma visita dos juízes da Corte ao Brasil, em data ainda a ser marcada.